

A PRÁTICA DO DOM: A INSERÇÃO DOS COMERCIANTES NA ELITE COLONIAL SUL-RIOGRANDENSE.

Fábio Kühn

Introdução

Nas sociedades de Antigo Regime, os arranjos familiares eram fundamentais para o processo de reprodução social, engendrando uma lógica de funcionamento que levava em conta cálculos econômicos, mas também incorporava elementos de uma mentalidade ainda aristocrática, baseada nas premissas do enobrecimento social e da reciprocidade entre os agentes envolvidos na transação matrimonial.

Para o Brasil colonial existem a esta altura alguns estudos que buscam entender como se deram as estratégias familiares dos primeiros povoadores da vasta colônia lusitana. No entanto, como seriam os arranjos ou estratégias familiares em uma região de fronteira, situada nos confins mais disputados da América Portuguesa? Quais seriam as diferenças ou semelhanças existentes ao se tratar de uma região que somente é integrada no século XVIII em meio a um processo de disputa do território com os vizinhos hispânicos?

A prática dotal no Sudeste brasileiro foi comparativamente melhor estudada que no Nordeste, na medida em que existem estudos sobre as três principais capitanias da região. Para o século XVII, no caso do Rio de Janeiro, Fragoso analisou a importância dos dotes nesta sociedade, como “uma das maneiras de se perceber o peso desses pactos [matrimoniais] sobre o movimento da riqueza colonial”, já que os vínculos entre famílias se traduziam em casamentos acompanhados de transferências de recursos. Para o autor, estes pactos fazem parte das regras do jogo deste mercado imperfeito, inserido uma “economia do bem comum”.¹ Ao analisar os contratos de dote seiscentistas, Fragoso verificou sua importância no conjunto das transações efetivadas e registradas em cartório. Para o período 1662-1670, por exemplo, ele levantou 110 escrituras, sendo que destas 12 eram dotes. Apesar do seu pequeno peso numérico, elas representaram quase uma terça parte de todos os valores negociados nas escrituras de compra e venda. Ou seja, uma parte considerável das riquezas desta sociedade (no período em questão trata-se basicamente de fábricas ou engenhos de açúcar) se transmitia via arranjos familiares que previam o dote. Daí a importância destas alianças interfamiliares para a compreensão do funcionamento deste mercado imperfeito, não submetido unicamente às injunções de uma racionalidade econômica do tipo capitalista, ou como diz o autor, “... tais escrituras criaram a imagem de um mercado definitivamente marcado não somente pela oferta e procura, mas também por outras relações sociais”.²

As conclusões de Fragoso se aproximam daquelas encontradas pela *brasilianista* Muriel Nazzari no seu estudo sobre o dote em São Paulo. Para o caso do século XVII, a

¹ Esta “economia do bem comum” refere-se a um conjunto de mecanismos econômicos que permitiram uma acumulação de recursos pelas “melhores famílias da terra”. Basicamente, esta acumulação passava pelos benefícios da Coroa – com a concessão de mercês – e a administração das câmaras. Mas, este tipo de economia era também o resultado de jogos políticos, ou seja, de alianças que viabilizavam o acesso à câmara e às mercês régias. O interesse do autor pelos dotes está ligado ao entendimento destas alianças políticas, que se davam fundamentalmente pelos arranjos matrimoniais. João Fragoso. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)” in: *O Antigo Regime nos Trópicos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001. p. 47 e 61.

² João Fragoso. *op.cit.* p. 61-62.

autora considera o casamento – acompanhado de generoso dote - como um pacto explícito ou implícito que se fazia entre as famílias envolvidas, sendo que a condição “*sine qua non* era a transferência de bens da noiva ou de sua família para o novo casal”. Nos anos seiscentos, estes dotes eram formados geralmente por índios e outros meios de produção, que pudessem proporcionar a maior parte do sustento inicial e estabelecimento do novo casal.

Dadas essas condições de formação dos novos núcleos familiares, de muito perto controlados pelas famílias das noivas, o pacto matrimonial pesava mais em favor da esposa e da sua família, embora sem dúvida os seus maridos se beneficiassem do usufruto dos bens doados. Na verdade havia uma espécie de relação recíproca no casamento paulista do século XVII, embora a noiva baixasse de nível econômico ao se casar, o pacto se equilibrava graças ao sangue branco do noivo ou ainda aos outros atributos positivos que ele pudesse trazer consigo (nobreza, capacidade guerreira ou perícia tecnológica). Assim sendo, “o casamento de uma filha ampliava desse modo as alianças familiares, ao mesmo tempo em que incorporava mais um homem aos projetos militares, políticos ou econômicos da família” o que justificava que o dote da filha tivesse precedência sobre os outros gastos.³ Aqui vemos um dos elementos da “prática do dom”, tal com deve ser entendido nestas sociedades de Antigo Regime, como no caso do Brasil colonial: o dote, elemento fundamental das estratégias familiares, não significava apenas a doação de bens para o noivo e a constituição de uma nova unidade produtiva, mas sim a própria reprodução e continuidade da riqueza familiar, o que se fazia com a entrada de um noivo portador de atributos valorizados não somente por sua condição econômica. Talvez o dote possa se pensado dentro de uma lógica social valorizadora do “dom e contradom”, ou como afirmam Xavier e Hespanha, “a atividade de dar (...) integrava uma tríade de obrigações: dar, receber e restituir. Estes atos cimentavam a natureza das relações sociais e, a partir destas, das próprias relações políticas”.⁴ Embora estes autores estejam se referindo à formação das “redes clientelares”, parece que o dote não pode ser entendido como um mecanismo somente de transferência patrimonial, mas também como um ato estabelecedor de relações políticas, na medida em que vinculava famílias ou ainda determinados indivíduos a certas famílias importantes.

O século XVIII, período que nos interessa mais de perto, traria modificações consideráveis à prática do dote, embora se mantivessem algumas características, como a grande percentagem de famílias que concediam dotes e a significativa parte do patrimônio familiar despendido. As mudanças mais relevantes foram o aparecimento de algumas famílias que passaram a não dotar mais suas filhas (ou pelo menos algumas delas) e a transformação da prática da colação, antes desprestigiada e que no século XVIII passou a ser largamente difundida. No caso de São Paulo, o crescimento do comércio teria permitido que alguns homens acumulassem capitais através do seu talento empreendedor, o que teria dado vantagens aos comerciantes no pacto matrimonial, não somente pela sua riqueza, como também porque não precisavam casar-se com mulheres dotadas, ou melhor, podiam se casar com mulheres com dotes menores. Isto teria levado a uma diminuição da importância do dote, que continuaria

³ Muriel Nazzari. *O Desaparecimento do Dote*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001, p. 64 e 82.

⁴ Ângela Barreto Xavier & Antônio Manuel Hespanha. “As redes clientelares” in: (dir.) José Mattoso. *História de Portugal*. Volume 4 – O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa, Editorial Estampa, p. 340.

existindo, mas teria entrado numa trajetória declinante a partir de meados do século XVIII.⁵

Em um recente estudo sobre a família patriarcal em São João Del Rei, Sílvia Brügger encontrou muitas semelhanças na prática dotal desta região de Minas Gerais em relação ao caso paulista. Analisando os séculos XVIII e XIX, a autora também verificou o declínio da dotação neste período. Na sua amostra, 28 inventários e testamentos do século XVIII faziam referências a dotes (29% do total), enquanto elas apareciam em 77 destes documentos relativos ao século XIX (38%). Apesar deste aumento percentual de um século para o outro, ela pondera que esta diferença não se deveria a uma maior difusão e sim a uma maior concentração, na sua amostra, de documentos oitocentistas. Como conclusão, a autora afirma que “a prática da dotação, em São João Del Rei, (...) ao menos até meados do século XIX, foi um mecanismo que permitia às filhas um acesso mais precoce a, pelo menos, parte de sua herança. Aos filhos homens – em sua grande maioria não dotados – restava aguardar a morte dos pais para ter acesso a ela”.⁶

A importância do dom.

Quem quer que percorra os primeiros livros de notas remanescentes do século XVIII, abrangendo o período de 1763-1782, terá a impressão que a prática do dote estava virtualmente extinta no Continente do Rio Grande. De fato, a existência de apenas *quatro* contratos de dote nestas duas décadas, pinçados dentre mais de mil escrituras públicas lavradas no período neste primeiro tabelionato, poderia levar a esta conclusão.⁷ Todavia, procurar a diminuição ou a extinção do dote em livros de escrituras não é propriamente um bom procedimento, pois raramente os dotes eram registrados em cartório. As promessas de dote seriam, na sua maior parte, orais, ou, com menor frequência, feitas através dos “escritos particulares”.⁸

Em 1769, uma destas escrituras de dote era outorgada pelo Capitão Manuel Fernandes Vieira a Antônio José da Cunha. Este caso exemplifica com bastante precisão uma das possibilidades das práticas sucessórias da elite colonial sul-riograndense. Nesta altura, no ano em que casou sua filha Vicência Maria Joaquina, o português Fernandes Vieira⁹ estava estabelecido no Rio Grande de São Pedro havia quase duas décadas, pois

⁵ Muriel Nazzari. *op. cit.* p. 130 e 148 e Carlos Bacellar. *Os Senhores da Terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas, Centro de Memória-Unicamp, 1997, p. 1401-141 e 145.

⁶ Brügger, Sílvia M. J. *Minas Patriarcal – Família e Sociedade (São João Del Rei, séculos XVIII e XIX)*. Niterói, PPG-História/UFF, 2002 (tese de doutorado), p. 201 e 204-205.

⁷ *Catálogo do Notariado de Porto Alegre*. Volume 1º, Primeiro Notariado, livros 1 a 7 (1763-1782). Porto Alegre, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 1919. Neste “catálogo” foram anotados os outorgantes e outorgados das escrituras, assim como sua “espécie” (procuração, compra e venda, lançamentos de créditos e recibos, etc.). Porém, não foram registradas as cartas de alforria, sendo que nos livros originais as folhas referentes a estes tipos de escrituras estão riscadas. Certamente a memória do recente passado escravista era desconfortável para os republicanos gaúchos, o que não justifica evidentemente este ato de recuperação seletiva do passado.

⁸ As informações sobre a prática da dotação podem ser encontradas em três tipos diversos de documentos: a escritura de dote, passada em tabelião; o rol de dote apenso aos inventários e a menção ao dote feita em testamentos. Quando se dava em dote uma quantia avultada em bens de raiz ou móveis, o recurso ao tabelião tornava-se necessário. Cf. Maria Beatriz Nizza da Silva. *Vida privada e cotidiano no Brasil*. Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p. 49. Talvez pelo fato da maioria dos dotes rio-grandenses terem sido de pequena monta, o seu registro em cartório tenha sido tão pouco expressivo.

⁹ Manuel Fernandes Vieira era natural da freguesia da Fonte Arcada da Póvoa de Lanhoso, arcebispado de Braga, onde nasceu por volta de 1727. Antes de 1754 ele estava casado com a açoriana D. Ana Inácia da Silveira, natural da freguesia de São Salvador da ilha do Faial. Todavia, faltam diversas informações

os registros indicam que ele foi tabelião e escrivão de órfãos da Vila de Rio Grande no ano de 1752, aparecendo como oficial da Câmara em 1755. Quatro anos depois recebia a patente de capitão de mar e guerra *ad honorem*, provido pelo vice-Rei Dom Marcos de Noronha, que via nele “pessoa de valor, com experiência de guerra naval”.¹⁰ Com a tomada espanhola da vila de Rio Grande em 1763, Fernandes Vieira refugiou-se em Viamão, tornando-se morador da freguesia interiorana, onde continuou exercendo a função de oficial da Câmara por alguns anos. Desde 1761 ele aparecia como cobrador dos dízimos¹¹, sendo também negociante de certo vulto, pois arrematou juntamente com dois sócios o lucrativo contrato de municio de carne para as tropas no período 1775-1777¹², mantendo também relações bastante próximas com alguns negociantes de grosso trato do Rio de Janeiro. Em 1778 ele aparecia em um recenseamento paroquial, constando como um dos grandes proprietários de escravos de Viamão, onde vivia casado com D. Ana Inácia da Silveira e tinha três filhos morando consigo, além de contar com 15 cativos, o que fazia dele um dos maiores escravistas da freguesia.¹³ Manuel Fernandes Vieira era um negociante muito bem relacionado e com interesses que se projetavam além das fronteiras do Continente do Rio Grande. Numa procuração registrada em 1766 ele nomeou diversos representantes, espalhados por diversas regiões do Brasil (Laguna, ilha de Santa Catarina, Rio de Janeiro e Salvador), o que talvez seja um bom indício da amplidão dos seus negócios. A sua rede de contatos incluía homens como o capitão-mor João Rodrigues Prates (um dos seus procuradores em Laguna), Jacinto Jacques Nicós (na ilha de Santa Catarina) e Anacleto Elias da Fonseca (no Rio de Janeiro). Ela chegava até mesmo a antiga capital do Vice-Reino, a cidade da Bahia, certamente para a resolução de alguma pendência, fosse ela comercial ou relacionada a questões burocráticas (como o caso da sua patente).¹⁴

O genro de Fernandes Vieira era o português Antônio José da Cunha, natural da cidade do Porto e tinha à época do seu casamento 31 anos. Na sua habilitação

sobre sua vida: não sabemos quando veio para o Brasil, nem tampouco temos seu registro de óbito ou inventário. Ao certo, sabemos que até 1782 residia na freguesia de Viamão. *Devassa sobre a entrega da Villa do Rio Grande às tropas castelhanas –1764*. Rio Grande, Bibliotheca Rio-Grandense, 1937, p. 100 (testemunha 23^a); AHPA. Cód. 1.26. *Registro de uma certidão de batismo de um filho do Capitão Manuel Fernandes Vieira...* fl. 127v-128v (Translado do registro de batismo de Manuel, realizado em 15.08.1761, em Rio Grande. O original consta no Livro 4^o de Batismos de Rio Grande, fl. 90v).

¹⁰ AHPA. Cód. 1.26, fl. 91v-92. *Registro de uma carta patente de Manuel Fernandes Vieira*. Salvador, 19.09.1759.

¹¹ AHRs, F1242, fl. 157-159v: *Registro do requerimento feito pelo Capitão Manuel Fernandes Vieira para se empossar do contrato dos dízimos deste Continente, como procurador bastante do rematante do dito contrato*. Rio Grande, 27.07.1761. O contrato havia sido arrematado por um triênio no ano anterior – 1760- por José Álvares Mira, cavaleiro professo na Ordem de Cristo e homem de negócios em Lisboa. Um dos seus procuradores no Brasil era o Capitão José do Couto Pereira, residente no Rio de Janeiro, que por sua vez era representado em Rio Grande por Manuel Fernandes Vieira.

¹² AHRs, F1244, fl. 124-127v: *Registro das condições com que foi rematado no Tribunal da Junta desta Capitania o Contrato de municio de carne por tempo de três anos ao Capitão Manuel Fernandes Vieira*. Porto Alegre, 04.04.1775. Fernandes Vieira arrematou o contrato juntamente com dois sócios, Manuel Bento da Rocha e Antônio Rodrigues Guimarães, todos eles “homens de negócio, abonados neste Continente, e de conhecido crédito”.

¹³ RAPM, ano XXIII, 1929, p. 452; AHU-RS, caixa 2, doc. 35. *Carta dos oficiais da Câmara da Vila do Rio Grande de São Pedro ao Rei D. José...* Rio Grande, 04.04.1755; AHPA. Cód. 1.26, fl. 91v-92. *Registro de uma carta patente de Manuel Fernandes Vieira*. Salvador, 19.09.1759; AAHPA, vol. 5, Porto Alegre, Secretaria Municipal da Cultura, 1992, p. 14-16; AAHRs. Volume 11, 1995, p. 148-149; APRs. *Primeiro Notariado. Livro 2*, fls. 66v-68: lançamentos de crédito a favor de Manuel Fernandes Vieira & Cia., referentes ao pagamento de dízimos; Osório, Helen. “Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa” in: *Revista Brasileira de História*. Vol. 20, nº 39, 2000, p. 126; AHCMPA. *Rol de Confessados de Viamão, 1778*.

¹⁴ APRs. *1^o Notariado, Livro 2*, fls. 2-2v (15.03.1766).

matrimonial depuseram três testemunhas, sendo que o depoimento mais revelador foi dado pelo Capitão de Ordenanças Bernardo José Pereira. Ele afirmou que eles “vieram juntos para a cidade do Rio de Janeiro, tendo o justificante pelo que mostrava a idade de doze anos ou treze, e que até o presente se tem conservado solteiro, livre e desimpedido, sem rumor ou fama em contrário, assim no Rio de Janeiro como nestes Continentes, *o que sabe pela razão de virem todos juntos de Portugal [como] caixeiros, ambos no Rio de Janeiro, e se conheceram todos na escola...*”.¹⁵ Portanto, tratava-se de um comerciante de origem reinol, que conseguiu adentrar em uma família da elite sul-riograndense. Temos aqui uma trajetória típica do século XVIII luso-brasileiro: um migrante bastante jovem, originário do norte de Portugal, certamente alfabetizado e que inicia sua “carreira” no Brasil como caixeiro. Diga-se de passagem que Cunha não era um mero comerciante. Antes mesmo de se casar com a filha de Fernandes Vieira, vamos encontrá-lo como um dos oficiais da Câmara em Viamão durante 1768, sinal da sua posição de destaque social. Ele também participou da Câmara do ano de 1771, uma das mais atuantes neste período em que o poder local esteve provisoriamente em Viamão. A única Câmara existente no Continente havia sido criada na vila de Rio Grande, mas com sua perda em 1763, devido à ocupação espanhola, a instituição do poder local passou a funcionar em Viamão, onde esteve até 1773, passando então para Porto Alegre. Em 1771 assumiu o poder local em Viamão um grupo muito articulado e dinâmico, do qual fazia parte Antônio José da Cunha, que expediu para o Conselho Ultramarino uma série de representações que versavam sobre os principais temas de interesse desta elite de fazendeiros e negociantes de gado: a criação de bestas muares, a falta de terras disponíveis devido ao “aperto na fronteira” e a solução do problema - na visão dos vereadores - representado pelos índios aldeados em Viamão.

Mas, voltando ao nosso caso, qual teria sido o atrativo oferecido a Antônio José da Cunha para casar-se com a filha do bem relacionado Fernandes Vieira, além da evidente inserção numa das principais famílias de Viamão? No ajuste de casamento constava que Cunha receberia uma “morada de casas cobertas de telha”, três escravos e uma considerável quantia em dinheiro (um conto e duzentos mil réis) que seria paga em duas vezes. Não temos o valor total do dote, mas considerando os preços vigentes na época, pode-se considerar que a cifra tenha alcançado algo próximo de 1.500\$000 réis, o que era um montante bastante significativo na segunda metade do século XVIII.¹⁶ Talvez estes recursos tenham sido utilizados na alavancagem dos negócios mercantis de Antônio José da Cunha, pois não consta que ele tenha se tornado estancieiro após o seu casamento e estabelecimento em Viamão. Este caso mostra bem a importância do dote, não somente enquanto transferência patrimonial, mas também como instrumento de formação de alianças econômicas e políticas. Manuel Fernandes Vieira era das “melhores famílias da terra”, apesar de não ser um dos primeiros povoadores de Viamão¹⁷. De toda forma, sua trajetória indica ter sido ele um dos beneficiados pela

¹⁵ AHCMPA. *Autuação de Petição de Justificação de Solteiro* de Antônio José da Cunha. 1769, nº 13.

¹⁶ APRS. *1º Notariado*, Livro 2, fls. 229v-230. Nos documentos da época uma casa com as características acima descritas valia em torno de 150.000 réis, enquanto que o valor dos escravos adultos girava em torno de 70 a 80 mil réis. Nos contratos de dote de comerciantes de Buenos Aires referentes à década de 1760, os valores concedidos pelos pais das noivas variaram de 5.000 até 20.000 pesos (de 3.750\$000 a 15.000\$000 réis). Cf. Socolow, Susan. *Los mercaderes del Buenos Aires virreinal: familia y comercio*. Buenos Aires, Ediciones de la Flor, 1991, p. 214.

¹⁷ Os termos “primeiros povoadores” e “pioneiros” se referem à primeira geração de colonizadores portugueses ou luso-brasileiros da região, muitos deles tropeiros, estabelecidos nos campos de Viamão desde a década de 1730. Dentre os mais conhecidos, destacam-se Dionísio Rodrigues Mendes, Francisco Pinto Bandeira, Manuel Gonçalves Ribeiro, Agostinho Guterres, João Braz, João Rodrigues Prates,

“economia do bem comum”, na medida em que ocupou cargos importantes na Câmara da Vila de Rio Grande, onde foi tabelião, escrivão de órfãos e esteve também ocupado no serviço real (era capitão de mar e guerra *ad honorem*). Sem falar que era um dos dizimeiros do Continente, o que lhe colocava em uma posição privilegiada em termos de acumulação pecuniária. Uma parte da sua fortuna acabou sendo utilizada para atrair um genro que pudesse trazer novas vantagens aos seus interesses, sediados em Viamão, mas decididos no Rio de Janeiro. As evidências indicam que a rede de contatos de Antônio José da Cunha provavelmente traria benefícios para a consecução dos negócios de seu sogro. Ao dom concedido – o dote – caberia um contradom, que não era material, mas sim relacional. Um bom exemplo aparece em um requerimento feito pelo capitão Fernandes Vieira em 1777, onde em nome da companhia de arrematantes do contrato de fornecimento de carnes, ele reclamava que se viam “ameaçados pelos estancieiros” devido ao não-pagamento das reses compradas pela companhia e destinadas ao referido contrato. Devido à falta de numerário, os arrematantes compravam gado dos fazendeiros sem que o pagamento fosse feito à vista, contando com o desconto das letras que recebiam da Fazenda Real. Estas letras eram descontadas no Rio de Janeiro, daí a necessidade de representantes ou procuradores na capital vice-reinal. Em uma carta escrita desde o Rio de Janeiro por um dos seus procuradores, fica explícita a importância da rede de contatos do genro de Fernandes Vieira para o bom curso dos seus negócios: “Hoje se me pagou no Erário a letra do mês de março e com ela paguei a de Simão José Xavier de um conto e quatrocentos mil réis (...), aos mais a quem se estão devendo várias letras, tenho capacitado o esperarem, e ao depois de chegar o senhor seu genro arrumará isto como lhe parecer...”.¹⁸ Apesar dos esforços do seu procurador, Fernandes Vieira encontrava dificuldades em saldar seus compromissos, o que determinava a importância da intercessão de Antônio José da Cunha. Não por acaso, ele constaria como ausente no rol de confessados de Viamão do ano seguinte (1778), provavelmente por estar no Rio de Janeiro resolvendo os negócios do seu sogro.

A prática do dote.

A experiência com os livros de notas me levou a pensar na difusão desta prática na sociedade colonial sul-riograndense. O passo seguinte foi utilizar as “Relações de Moradores” - uma espécie de censo agrário - existentes para os anos de 1784 e 1785, onde houve grande preocupação dos recenseadores em explicitar a forma de apropriação das terras nas distintas freguesias sul-riograndenses. Detive-me em duas paróquias, que acabaram demonstrando a diversidade de práticas dentro de uma mesma região. No caso de Viamão, a referência ao dote era mínima, o que reforçava a impressão inicial gerada pelos registros notariais. De fato, dentre as 72 propriedades inventariadas na “Relação de Moradores” de Viamão de 1785, apenas em dois casos (2,8%) havia referência à prática do dote. Confirmavam-se assim os números já levantados por Osório, que indicavam a pequena relevância dos dotes como forma de acesso a terra. Esta autora,

Manuel de Barros Pereira, João Diniz Álvares e Jerônimo de Ornellas. Cf. Victor Américo Cabral. *Continente de Viamara*. Porto Alegre, Editora Emma, 1976, p. 113-147.

¹⁸ AHRs. F1244, fl. 140v-143v: *Registro de um requerimento do Capitão Manuel Fernandes Vieira e companhia, contratadores do provimento das carnes às tropas...* Porto Alegre, 03.04.1777. A carta referida está em anexo, tendo sido enviada por Antônio Luis de Escovar Araújo a Manuel Fernandes Vieira em 17.01.1777.

que trabalhou sistematicamente com *toda* a Relação de Moradores, registrou apenas 48 casos de dotes (2,6%) entre as 1824 propriedades/posses recenseadas.¹⁹

Mas, no caso da freguesia de Triunfo, a presença do dote enquanto forma de transmissão patrimonial se mostrou surpreendente, chegando a estar presente em mais de um quinto do total das propriedades recenseadas na paróquia. Desmembrando-se a freguesia nos seus dois distritos, vemos que na região dos rios dos Sinos, Caí e Taquari as relações dotais estavam presentes em cerca de um terço do total das propriedades recenseadas. Se agregarmos a este número as propriedades transmitidas através de herança (nove casos), temos que as formas de transmissão familiar de terras atingiam 43% das propriedades recenseadas neste distrito. Não parece pois ser pequena a importância das formas parentais de acesso a terra nesta freguesia como um todo, especialmente se atentarmos para as práticas dotais dos primeiros povoadores da paróquia.²⁰

Tabela 1: O dote na transmissão de terras – Triunfo (1784)

	Número de UC (unidades de censo)	Número de Dotes	% dotes	Localização do distrito
1º distrito	86	12	14 %	Parte meridional do Rio Guaíba até o rio Camaquã.
2º distrito	69	21	30,4 %	Parte setentrional do Rio Guaíba até o rio Taquari.
total	155	33	21,3 %	

Fonte: AHRS. Relação de Moradores, Triunfo, 1784.

Os dados da tabela acima indicam que a realidade específica de uma determinada freguesia foge às eventuais generalizações que possam ser feitas sobre a estrutura social do Rio Grande do Sul colonial. Neste sentido parecem corretas as advertências de Giovanni Levi, quando afirma que “o discurso sobre a estratificação social não pode (...) ficar limitado às dimensões das propriedades” e deve nos conduzir “à compreensão de estratégias familiares complexas...”.²¹ Entre as estratégias possíveis estava a prática do dote, que no caso de Triunfo, longe estava de ser residual.

Se tomarmos o segundo distrito de Triunfo, uma das primeiras áreas a serem ocupadas e que foi povoada desde fins da década de 1740, veremos que a maioria dos fazendeiros era adepta das práticas dotais, a julgar pelo primeiro recenseamento paroquial, datado de 1758. Neste “rol de confessados” da freguesia estão registrados os 53 fogos existentes na região compreendida entre os rios dos Sinos e Taquari, ou seja, a região que mais tarde seria conhecida como o segundo distrito da freguesia. Existiam 20 médios e grandes fazendeiros (para os padrões locais), proprietários de pelo menos

¹⁹ AHRS. *Relação de Moradores*, Viamão, 1785 e Helen Osório. (1999) *Estancieiros, Lavradores e Comerciantes na constituição da Estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói, UFF, tese de doutorado, p. 79.

²⁰ A paróquia de Triunfo foi desmembrada de Viamão em 1756, abrangendo uma vasta região situada ao oeste do território viamonense. Posteriormente, a freguesia incorporou as terras situadas também ao sul do rio Jacuí, às margens da lagoa dos Patos.

²¹ Giovanni Levi. *A Herança Imaterial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 96.

quatro escravos (ou trabalhadores tidos como cativos), sendo que a metade deles comprovadamente dotou suas filhas. Estes dez fazendeiros (Bernardo Batista, Manuel Mendes, Manuel Gonçalves Meirelles, Bartolomeu Gonçalves de Magalhães, Antônio José Machado de Araújo, Inácio César Mascarenhas, Manuel Alves Carvalho, Francisco da Silva, Francisco Xavier de Azambuja e Jerônimo de Ornellas) tinham como uma das suas estratégias familiares preferenciais a dotação de pelo menos alguns dos genros. Ou seja, a prática do dote continuava bastante disseminada na segunda metade do século XVIII no Continente do Rio Grande.²² Quase metade dos fazendeiros adeptos das práticas dotalícias estão ligados ao tronco familiar de Jerônimo de Ornellas, um dos pioneiros de Viamão, já que além do próprio, aparecem três dos seus genros (Azambuja, Meirelles e Silva).²³

Também no primeiro distrito de Triunfo percebe-se a extensão da prática do dote nesta freguesia, evidentemente prevalecendo entre os grupos sociais dominantes, notadamente os estancieiros e comerciantes. Mas, de forma inesperada, ela também revela a difusão da prática entre os segmentos menos aquinhoados da sociedade. Dentre os fazendeiros deste distrito, um dos mais ricos era Joaquim Gonçalves da Silva (o pai do futuro líder farroupilha Bento Gonçalves), que se casou em 1774 com uma das filhas de Manuel Gonçalves Meirelles, genro de Jerônimo de Ornellas.²⁴ Também aparece o já referido Capitão Bernardo José Pereira, negociante que se “afazendou” ao casar com uma das filhas do estancieiro Francisco Pinto Bandeira. Mas o dado mais instigante é a presença do dote entre os grupos sociais que não poderiam ser considerados de elite. Este parece ser o caso de três dos recenseados, todos genros de Lourenço Dornelles, que era filho de uma índia de Minas Gerais, tendo nascido em São José dos Pinhais (SP) em torno de 1725. Provavelmente veio para o Rio Grande com o pai, Jerônimo de Ornellas, que no início de sua vida fora tropeiro, sabendo-se com certeza que já no ano de 1755 ele batizava o seu primeiro filho em Viamão, fruto de seu casamento com Maria da Luz Lopes, filha de índios missioneiros. Portanto, temos aqui a síntese da mestiçagem social e cultural que existiu nos primeiros tempos de povoamento do extremo sul: um mameluco casado com uma índia “aculturada”, reproduzindo as práticas sucessórias das famílias de elite.²⁵ Talvez por trás desta estratégia, Lourenço Dornelles estivesse tentando romper a “fronteira étnica” que existia entre ele e os demais fazendeiros de origem lusitana. Como afirma Barth, “uma vez que pertencer a uma categoria étnica implica ser um certo tipo de pessoa e ter determinada identidade básica, isto também implica reivindicar ser julgado e julgar-se a si mesmo de acordo com os padrões que são relevantes para tal identidade”. Um dos padrões identitários deste grupo social de fazendeiros era justamente a adoção de uma prática sucessória que privilegiava o dote, daí se poder pensar que, ao dotar suas filhas, Dornelles visasse obter o reconhecimento deste restrito grupo social.²⁶

²² ACMRJ. *Translado do Rol de Confessados de Triunfo*, 1758; AHRS. *Relação de Moradores*, Triunfo, 1784.

²³ AHRS. *Relação de Moradores*, Triunfo, 1784.

²⁴ Jorge G. Felizardo, *O Sesmeiro do Morro de Sant’Ana*. (Separata da Revista Genealógica Brasileira), São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1940, p. 45.

²⁵ Felizardo, *op. cit.* p. 48-49. O tema da mestiçagem apresenta uma série de problemas ao pesquisador. Em primeiro lugar, a dificuldade atual de conceber a existência de grupos humanos puros, que devido à mistura dos corpos, teria gerado os mestiços. Como afirma Gruzinski, “tampouco são claras as relações entre mestiçagem biológica e mestiçagem cultural: o nascimento e a multiplicação de indivíduos mestiços é um fato; o desenvolvimento de formas de vida misturadas, procedendo de fontes múltiplas, é outro, não necessariamente ligado ao anterior”. Serge Gruzinski. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001, p. 42-43.

²⁶ Barth, Fredrik. “Os grupos étnicos e suas fronteiras” in: Tomke Lask (org.) *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro, Contracapa, 2000, p. 32.

O nome e o como: a inserção dos comerciantes na elite local.

As *Relações de Moradores* eram demasiadamente tendenciosas, pois davam ênfase ao processo de apropriação das terras, omitindo informações sobre escravos, por exemplo. Seriam os dotes compostos somente por terras? Eu sabia que não, evidentemente, mas a minha fonte não estava interessada em arrolar *todos* os elementos dos dotes, preocupando-se em saber principalmente como foram apoderadas as terras do Continente do Rio Grande. A resposta está nos inventários, como não poderia deixar de ser, pois nestes processos estão anotadas as minúcias das partilhas de heranças, indicando os dotes recebidos pelas filhas casadas dos inventariados. Como o dote era considerado uma forma de adiantamento da legítima devida aos herdeiros, ele deveria ser necessariamente listado por ocasião da partilha dos bens.

Nesta parte, vamos analisar três inventários de indivíduos pertencentes a primeira elite colonial sul-riograndense, todos realizados entre o final da década de 1760 e o início da década de 1770. Esta parece ser a datação limite para apreendermos algo mais conclusivo sobre as estratégias familiares destes primeiros povoadores, que ocuparam a região ainda na década de 1730. Trata-se efetivamente da “primeira geração” desta elite em processo de formação, onde diferentes arranjos eram possíveis. Famílias diferentes, com práticas também diferentes. Deve ser ressaltado que os personagens analisados são extremamente emblemáticos, na medida em que fizeram parte dos “troncos seculares” do povoamento sulino. Na verdade, eles passaram por um processo de elaboração de uma memória histórica específica, que procurou valorizar o pertencimento a uma identidade formativa lusitana. Não por acaso, estes personagens foram resgatados a partir de 1930, quando um governo de cunho nacionalista e originário do Rio Grande do Sul ascendeu na política nacional. Sem a intenção de uma ampla revisão da bibliografia, interessa aqui somente mostrar as linhas gerais do processo de construção historiográfica em torno destas “figuras de prola” do povoamento sulino. Os nomes do capitão-mor João Rodrigues Prates, Jerônimo de Ornellas e Francisco Pinto Bandeira foram resgatados pela historiografia tradicional sul-riograndense em um momento que era necessário afirmar a lusitanidade do Rio Grande do Sul, para efeito de coesão da unidade nacional. A empreitada se iniciou em 1931, nas páginas da revista do Instituto Histórico e Geográfico, com Aurélio Porto publicando um ensaio denominado: “O coeficiente lagunista na formação racial do gaúcho”. A intenção explícita era reconectar os liames históricos existentes entre a vila catarinense e o povoamento primevo do solo gaúcho. Vários personagens foram mencionados, porém um dos destaques era justamente o capitão-mor Prates, figura de relevante importância que teria sido um dos primeiros estancieiros sulinos, além de garantidor inequívoco da lusitanidade. No mesmo ano, Borges Fortes publicava sua obra dedicada ao estudo dos “Troncos seculares”, o primeiro passo de seu projeto de recuperação da gênese do processo formativo sul-riograndense. Foram destacados pelo autor vinte e três “troncos” originários do povoamento meridional, entre eles os dos três personagens que pretendo analisar.²⁷ Alguns anos mais tarde, já durante o Estado Novo, este processo de elaboração historiográfica seria precisado de forma mais clara, numa empreitada conjunta de historiadores e genealogistas. O primeiro indicador desta nova época seria a publicação do *Nobiliário Sul-riograndense* no ano de 1937 por Mário Teixeira de

²⁷ Para a construção da “matriz lusitana” da historiografia gaúcha, ver Ieda Gutfreind. *A Historiografia Rio-grandense*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1992, p. 37-113; Aurélio Porto. “O coeficiente lagunista na formação racial do gaúcho” in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. 1931 (III e IV trimestres); João Borges Fortes. *Troncos Seculares*. Porto Alegre, Martins Livreiro Editor, 1998 [1ª ed.: 1931].

Carvalho, um dos mais fundamentados genealogistas da época. Ao lado dos viscondes e barões do Império, Carvalho também perfilou algumas figuras que resgatou do período colonial, entre elas o “fidalgo madeirense” Jerônimo de Ornellas Menezes de Vasoncelos. O autor também prestou atenção a alguns ramos da família Pinto Bandeira, embora não tenha dado maior destaque a Francisco Pinto Bandeira, iniciador desta família em Viamão. Mas nem precisava, pois no ano seguinte, o próprio Borges Fortes se encarregaria da transformação em herói deste personagem, destacando sobretudo seus feitos castrenses. O círculo historiográfico-genealógico se fecharia em 1940, quando Jorge Felizardo publicou a sua versão sobre a história da família de Jerônimo de Ornellas, onde ele procurou fazer enfatizar a “nobreza” deste tronco familiar, vinculando-o, por um lado com a fidalguia portuguesa, e de outro, devido à origem da sua mulher, à “nobreza da terra” paulista.²⁸ Com povoadores desta cepa, como poderia não ter sido um sucesso a colonização portuguesa do Rio Grande?

a) *O capitão-mor João Rodrigues Prates.*

O primeiro exemplo é um típico caso de transição, característico desta elite que está se estruturando. O capitão-mor de Laguna, João Rodrigues Prates, é tido pela historiografia tradicional como um dos pioneiros do Continente, tendo uma sesmária concedida em 1738. A base do seu poder econômico estava assentada no comércio de gado, obtido através das sucessivas entradas para o arrebanhamento dos animais que seriam transportados para a feira de Sorocaba.²⁹ Embora tivesse interesses econômicos nos Campos de Viamão, ao que parece não se transferiu definitivamente para o Continente, pois quando foi executado seu inventário (1766/67) ficou claro que a esta altura sua residência ainda era em Laguna, apesar da estância que tinha no Continente. Seja como for, o capitão Prates era um potentado que não faria má figura em nenhum lugar do Brasil setecentista. Era proprietário de 57 escravos, distribuídos entre a sua fazenda de Garupaba (distrito da vila de Laguna) e a estância dos Pinhais, no “Continente de Viamão”.³⁰ Nesta última estância vivia o seu filho mais velho, o padre Francisco Roiz Xavier Prates, que administrava a criação de gado, auxiliado por dez escravos. Se levarmos em conta as petições dos credores do capitão-mor de Laguna, inclusas no seu inventário, temos uma idéia do estado deste estabelecimento à época do seu falecimento. Um exemplo: “*Diz Francisco de Meireles que a fazenda do defunto Capitão-mor João Rodrigues Prates lhe é devedora de 128.000 réis procedidos de gados que o Reverendo Padre seu filho comprou no Rio Pardo da marca do tenente Rafael Pinto Bandeira para a nova fundação da estância, depois da extração do gado alçado que nela havia...*”. Ao que parece, o capitão-mor continuou residente em Laguna, apesar da posse da fazenda no Continente. No trecho citado fica claro que o gado “alçado” (xucro) havia terminado e que a fazenda estava passando por um

²⁸ Mario Teixeira de Carvalho. *Nobiliário Sul-riograndense*. Porto Alegre, Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1937, p. 126, 183-184 e 267; General João Borges Fortes. “Francisco Pinto Bandeira”, separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. 1º trimestre, 1938; Felizardo. *Op. cit.* p. 35-42.

²⁹ Aurélio Porto. *op. cit.* p.181. Embora Aurélio Porto tenha afirmado que a base da fortuna do capitão-mor tenha assentado no comércio de gado com a feira de Sorocaba, em São Paulo, a historiografia recente questiona a existência da feira antes da segunda metade do século XVIII. Isto significa que chegavam tropas de gado a Sorocaba de maneira avulsa, não havendo ainda a intermediação da feira. Conforme Carlos Bacellar. *Viver e sobreviver em uma vila colonial – Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo, Annablume/Fapesp, 2001, p. 25-26.

³⁰ João Borges Fortes. *Op. cit.* p. 73-74; APML. *Inventários diversos*, nº 46, fl. 47v-69v (inventário de João Rodrigues Prates, 1766).

processo de “repovoamento”, agora com gado comprado e não mais simplesmente arrebanhado como nos primeiros tempos da ocupação. Mas a fazenda acabou sendo vendida pelo padre herdeiro, sendo que na Relação de Moradores (1784) o seu proprietário era João Pereira Chaves.³¹

O capitão Prates casou-se com Isabel Gonçalves Ribeiro e teve oito filhos, sendo cinco mulheres, todas casadas e três homens; destes, dois se encaminharam à carreira eclesiástica. A opção de dirigir dois dos três filhos para a vida sacerdotal pode ser entendida a partir dos valores sociais e culturais predominantes na elite luso-brasileira. Conforme salientou Caio Boschi, ao longo do século XVIII, “no interior de famílias bem posicionadas financeiramente, ter um dos seus membros como clérigo tornou-se mais do que hábito, um fator de prestígio social e uma forma de aristocratização, pois ter um padre na família era por assim dizer provar a limpeza do sangue”.³² Na verdade, esta prática relaciona-se, na sua origem, com as estratégias familiares da nobreza portuguesa, que também privilegiavam alguns dos filhos. Entre a nobreza, costumava-se dar a sucessão da “casa” aos filhos primogênitos; os demais “eram majoritariamente encaminhados para as carreiras eclesiásticas; neste caso, majoritariamente para o clero secular”.³³ Diferentemente da nobreza lusitana, no entanto, a família do capitão-mor de Laguna acabou privilegiando o último dos filhos, numa inversão da prática usual. O filho mais novo, Paulo Rodrigues Xavier Prates, herdou de certa forma a posição e o *status* social do seu pai. Ele sim se transferiu para Viamão, onde se casou em 1769 e vivia em uma fazenda de uma por meia légua de extensão, onde criava cerca de quinhentos animais (dados de 1785). Manteve-se porém como capitão-mor de Laguna (1767-1775), herdando o cargo paterno e sendo considerado “homem de prestígio em seu tempo”, nas palavras de Borges Fortes. Somente em 1775 demitiu-se do seu posto na vila catarinense, alegando que “por falecimento da dita sua Mãe se seguiram partilhas com os demais herdeiros e [como] ao suplicante coubesse a herança das fazendas dos arredores de Viamão (...), por esta razão e ser indispensável a assistência do suplicante na cultura de suas fazendas para sustentação da sua família” pedia ao Vice-Rei que fosse escusado do seu cargo.³⁴

Quanto às filhas do capitão-mor, todas devem ter sido dotadas, embora devido às lacunas documentais não conheçamos os detalhes a este respeito.³⁵ Dois genros

³¹ APML, *Inventários*, caixa 49, nº 324 e AHRS, *Relação de Moradores – Gravataí*, 1784. O padre Francisco, primogênito do capitão-mor de Laguna, não tinha definitivamente vocação para a vida de fazendeiro. Ele foi ordenado no Rio de Janeiro em 1761 e no ano seguinte era nomeado cura da capela de Santo Antônio, dependente de Viamão. Como vimos, também andou administrando a estância paterna, mas depois da sua morte acabou vendendo a parte que lhe tocava da herança e foi estudar na Universidade de Coimbra. De volta ao Brasil, foi professor régio de filosofia e retórica no Rio de Janeiro. Terminou sua carreira como diretor da Feitoria do Linho Cânhamo, estabelecimento agrícola situado próximo à localidade de Pelotas. Cf. Arlindo Rubert. *História da Igreja no Rio Grande do Sul – Época colonial*. Porto Alegre, Edipucrs, 1994, p. 85.

³² Boschi, Caio. “Ordens religiosas, clero secular e missão no Brasil” in: (dir.) Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri. *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 3, Lisboa, Temas & Debates, 1998, p. 315.

³³ Monteiro, Nuno Gonçalo. “Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII” in: (org.) João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho & Maria de Fátima Gouvêa. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séc. XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, p. 256

³⁴ AHCPMA. *Habilitações matrimoniais*. 1769, nº 15; AHRS, *Relação de moradores, 1785*; RIHGSC. 1943, 1º semestre, p. 147.

³⁵ APML. *Inventários*. nº 25, 46 e 324. Como afirmei acima, as relações de moradores são insuficientes para um estudo mais exato da composição dos dotes, o que só poderia ser remediado com a consulta ao inventário do capitão-mor. Ele todavia existe, embora esteja mutilado, faltando diversas folhas e disperso em três diferentes maços. A impressão é que em algum momento este alentado inventário, com mais de

permaneceram em Laguna, herdando as propriedades na vila e a fazenda de Garupaba. Ambos tinham posições de destaque, sendo um deles comerciante bem relacionado e outro o comandante militar da vila. Os outros três genros herdaram as propriedades que o capitão-mor tinha em Viamão, sendo um deles também comerciante de certa monta. Vamos nos deter apenas nos genros comerciantes do capitão-mor, procurando verificar como se deu a sua inserção em uma família terratenente. Na vila de Laguna, viveu o sargento-mor de ordenanças Manuel de Souza Porto, negociante de algum relevo, que estava envolvido no lucrativo tráfico de escravos, adquiridos no Rio de Janeiro. Apesar de ter herdado a fazenda de Garupaba, ao que parece o sargento-mor não se dedicava com muita ênfase à atividade agropecuária. Foi homem residente na vila, com uma patente de destaque, proprietário de diversos imóveis urbanos (casas de morada e armazéns) e de um número significativo de escravos. No seu inventário consta uma declaração da viúva inventariante sobre o fato de “várias pessoas que se acham no Continente de Viamão” deverem ao falecido sargento-mor, o que revela que ele era um dos comerciantes que abasteciam a região de Viamão, especialmente durante os anos de 1763-1776, período no qual o porto de Laguna era a única opção disponível aos luso-brasileiros do Continente. No Rio de Janeiro, Manuel de Souza Porto adquiria carregações de “molhados e escravos” do negociante André Gonçalves Dias, que revendia na vila de Laguna e distribuía em Viamão. Embora não tenha sido o mais próspero dos comerciantes lagunenses, o sargento-mor era sem dúvida membro destacado da sociedade local.³⁶ Deve-se lembrar que dentro da estrutura administrativa portuguesa os postos de oficiais de Ordenanças se constituíram em fonte de poder na esfera local, especialmente porque controlavam um fator de intimidação capaz de afetar a vida das populações: o recrutamento militar, que enquadrava todos os homens maiores de 16 anos, exceto os idosos e privilegiados. A partir do início do século XVIII a Coroa portuguesa passou a praticar uma política deliberada de incentivo aos governadores para que nomeassem nestes altos postos aos “mercadores de maiores cabedais”. Esta postura esteve associada às preocupações defensivas da metrópole, que flexibilizou as exigências da legislação que exigia *nobreza* para a ocupação destes cargos. Em troca das contribuições monetárias dos comerciantes visando obras de defesa, a Coroa disponibilizava as mercês que davam acesso aos postos elevados das ordenanças. Neste sentido, Manuel de Souza Porto estava em uma das posições mais elevadas da hierarquia, pois era sargento-mor, o número dois na estrutura de poder, abaixo apenas do capitão-mor. Além desta ocupação distintiva, Porto foi ainda juiz ordinário da vila de Laguna em 1768, mais um indício do seu pertencimento ao seletivo grupo dos “homens bons”.³⁷

O outro genro comerciante do capitão-mor Prates era o Ajudante de Ordenanças Manuel Carvalho de Oliveira, natural da vila de Guimarães em Portugal e que residia na região de Viamão, mais precisamente na freguesia de Nossa Senhora dos Anjos

160 folhas, foi desmembrado. Não foi possível encontrar a parte onde constariam as declarações dos dotes concedidos.

³⁶ APLM. Inventário nº 325A, *Manuel de Souza Porto, 1778*. O seu monte-mor atingiu a quantia de 3:488\$689 réis, ou pouco menos de 1000 libras. O valor pode parecer baixo, mas convém lembrar que não podemos comparar esta elite local com seus pares residentes no Rio de Janeiro ou Buenos Aires, que detinham na mesma época fortunas muito maiores. Para o padrão local, o sargento-mor Porto estaria em um escalão intermediário de riqueza.

³⁷ Conforme Maria Fernanda Bicalho, *A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 376-377 e Enrique Peregalli. *Recrutamento Militar no Brasil colonial*. Campinas, Editora da Unicamp, 1986, p. 95. A relação dos juizes ordinários de Laguna está nos anexos da obra de Oswaldo Cabral. *A organização das justiças na Colônia e no Império e a história da comarca de Laguna*. Porto Alegre, Estabelecimento Gráfico Santa Teresinha Ltda., 1955, p. 211-213.

(atualmente Gravataí). Em 1767 os registros notariais já anotam sua presença nos campos sulinos, efetuando uma troca de terras com sua sogra e comprando imóveis no povoado de Viamão. Na primeira escritura, transparece um favorecimento ao Ajudante Oliveira, que havia herdado terras de qualidade inferior. De fato, a viúva Isabel Gonçalves Ribeiro abriu mão das terras do “Campo da Eguada” que lhe haviam tocado por meação, recebendo em troca uns campos situados “sobre o pântano das Lombas”. No inventário do capitão-mor, as terras recebidas pelo Ajudante foram avaliadas em 550\$000 réis, quantia bastante razoável no contexto local. Ou seja, em troca de terras pantanosas e imprestáveis para a criação de animais e prática agrícola, ele recebeu terras próprias para a atividade pecuária. Mas, ao que parece, acabou vendendo a maior parte das terras que obteve nesta vantajosa permuta. Neste mesmo ano (1767), Oliveira também adquiriu “dois quartos de casa” no povoado, propriedades foreiras à Irmandade de Nossa Senhora de Conceição de Viamão. O valor pago por estes imóveis foi módico, uma quantia de apenas quatro doblas (51\$200 réis), o que leva a crer que seu uso não deve ter sido residencial, tendo provavelmente finalidades rentistas ou de armazenamento de mercadorias.³⁸ O Ajudante Manuel Carvalho de Oliveira era homem de destaque na sociedade local, tendo sido oficial da Câmara em Viamão no ano de 1769. Sua patente era também importante, pois na hierarquia das ordenanças ele respondia diretamente ao sargento-mor. Não temos informações exatas a respeito da fortuna de Oliveira, pois não encontramos seu inventário, que poderia nos oferecer uma melhor compreensão dos seus negócios. No seu lacônico testamento, realizado em 1795, fica evidenciada a prática da atividade usurária, com o empréstimo de dinheiro a terceiros para pagamento dos quintos reais. Além disto, fica explícito que mantinha relações com a capital vice-reinal, quando declarou que tinha “contas antigas com Pedro Gonçalves Rios, morador na cidade do Rio de Janeiro”, sendo que “no ajuste delas muito perto de seis mil cruzados [corroído] tem conservado por líquidas...”. Ou seja, devia ter negócios de alguma expressão com este comerciante fluminense, pois somente os ajustes atingiam a quantia de 2:400\$000 réis, equivalentes aos referidos 6000 cruzados. Detalhes à parte, o que interessa é perceber o delineamento de um certo padrão na inserção dos comerciantes nesta família, que passava pela ocupação de postos das ordenanças e pelo exercício de cargos camarários, que de alguma forma nobilitavam os mercadores que os ocupavam.

b) O capitão de dragões Francisco Pinto Bandeira.

Outro membro proeminente desta primeira elite colonial foi o capitão de dragões Francisco Pinto Bandeira, um dos pioneiros de Viamão, nascido em Laguna nos primeiros anos do século XVIII, provavelmente em 1701. Seu pai, José Pinto Bandeira, era português e sua mãe, Catarina de Brito, era filha do primeiro capitão-mor de Laguna, o paulista Francisco Brito Peixoto com uma indígena carijó. A constituição da família Pinto Bandeira no Continente ocorreu em 1738, quando Francisco casou-se com Clara Maria de Oliveira, filha de Antônio de Souza Fernando, português natural do Valongo e um dos pioneiros da Colônia de Sacramento³⁹. Apesar do primeiro filho de

³⁸ APRS. 1º Notariado, livro 2, fl.89v-92: *Escritura de troca de uma sorte de terras que faz a viúva D. Isabel Gonçalves Ribeiro por seu bastante procurador seu filho Reverendo Padre Francisco Xavier Rodrigues Prates a seu genro Ajudante Manuel Carvalho de Oliveira, 23.03.1767 e fl.102v-103v: Escritura de venda de dois quartos de casas que fazem Antônio dos Santos Robalo e Manuel Brás Lopes ao Ajudante Manuel Carvalho de Oliveira, 30.06.1767.*

³⁹ Antônio de Souza Fernando veio para o Brasil em 1717, tendo sido cabeça de um dos casais que povoou a cidadela platina na segunda fase de sua ocupação, a partir de 1716. Com o cerco espanhol à Colônia de Sacramento em 1735, foi enviado para o Rio de Janeiro, de onde retornou em 1737 para o

Francisco Pinto Bandeira ter nascido ainda em Rio Grande, é bastante provável que a residência da família já fosse na estância de Gravataí. Em 1751, no primeiro rol de confessados que dispomos para Viamão, ele possuía vinte escravos. No seu inventário, executado nos anos de 1771 e 1772, o seu número de escravos já havia praticamente duplicado, sendo neste momento de 37 cativos. Indício claro da capacidade de acumulação deste membro da elite colonial, que através de estratégias diversas, como a apropriação privada de terras ou as corridas de gado⁴⁰, conseguiu multiplicar sua riqueza em um período particularmente conturbado da colonização lusitana no Rio Grande, como foi a década de 1760, marcada pelos conflitos com os espanhóis.

Tabela 2: *Composição dos dotes concedidos por Francisco Pinto Bandeira.*

Co-herdeiro/ano do casamento	Escravos	Terras	Gado	Outros	Valor total
Bernardo José Pereira (1763)	07	02 retalhos de campos	400 éguas 280 vacuns	talheres de prata	1:614\$000
Custódio Ferreira de Oliveira Guimarães (1763)	08	01 retalho de campo	400 éguas 400 vacuns	400\$000 talheres de prata	2:121\$200
José Luiz Ribeiro Vianna (1769)	07	01 rincão	400 éguas 400 vacuns 07 burros	400\$000 talheres de prata	1:971\$200

Fonte: APRS. 1º Cartório de Órfãos de Porto Alegre. Maço 4, nº 35. Inventário do Capitão de Dragões Francisco Pinto Bandeira, 1771.

No seu inventário, três de suas filhas são casadas e vem à colação, ou seja, os genros, tidos como co-herdeiros devolvem seus “meio-dotes”. Os dotes recebidos pelos três genros de Pinto Bandeira foram consideráveis, variando de 1:614\$000 a 2:121\$200 réis. A sua composição era basicamente de escravos (sete ou oito para cada genro), terras (“retalhos de campo” ou “rincões”), gado equino e bovino e também dinheiro (em dois casos, cada genro recebeu 400\$000 réis). Se levarmos em conta que as legítimas dos herdeiros foram de 1:040\$938 para cada um, constatamos que os dotes recebidos eram bastante atraentes, variando de 155 a 204% dos valores das legítimas.⁴¹ Neste

povoamento de Rio Grande. Foi no povoado fundado por Silva Pais que Fernando casou em 1738 sua segunda filha com o então tenente Francisco Pinto Bandeira. Cf. Carlos Rheingantz. “Povoamento do Rio Grande de São Pedro: a contribuição da Colônia do Sacramento” in: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande*. Rio de Janeiro, IHGB/IGHMB, 1979, p. 370 e Moacyr Domingues. “Primeiras sesmarias gravataienses” in: *Gravataí: do êxodo à composição étnica*. Gravataí, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1990, p. 114-115.

⁴⁰ Isto foi declarado pelo próprio Francisco Pinto Bandeira, como depoente de um processo de casamento: “...haverá três anos que o justificante [noivo] anda com ele testemunha indo várias vezes à campanha, a corridas de gado”. AHCMPA. *Autos de Justificação e Matrimônio de Francisco Antônio de Amorim & Isabel Correia do Prado*, Viamão, 1760, nº 19.

⁴¹ Na São Paulo setecentista a média dos dotes em relação às legítimas era de 147%. No século anterior, os dotes paulistas chegavam a 250% do valor das legítimas. No século XVIII “...embora os dotes ainda fossem de bom tamanho, em geral as famílias concediam apenas um ou no máximo dois dotes de valor superior à legítima”. Cf. Muriel Nazzari. *op. cit.* p. 117.

caso, todos os genros foram dotados em valores superiores àqueles que receberiam por ocasião dos inventários, o que mostra o excelente negócio que era casar com as filhas do estancieiro Pinto Bandeira. Sabemos que dois dos genros acima referidos foram comerciantes, certamente atraídos pela generosa composição dos dotes. Mesmo que nada tivessem (o que não é o caso), o valor recebido seria suficiente para se estabelecerem como estancieiros e criadores.

Um dos genros comerciantes de Pinto Bandeira era Bernardo José Pereira, ex-caixeiro, natural da vila de Esposende, no norte de Portugal. Na vila do Rio Grande foi nomeado alferes de ordenanças em 1760 e ajudante de ordens do governador Ignácio Eloy de Madureira. Pereira veio para a região dos Campos de Viamão após a ocupação espanhola da vila de Rio Grande em abril de 1763 e neste mesmo ano contraiu matrimônio, recebendo o dote que permitiu sua transformação em estancieiro. Na sua habilitação matrimonial, uma das testemunhas esclareceu que "o conhece muito bem de sua pátria e que viera rapazinho de sua dita pátria para o Rio de Janeiro e que estivera tratando de sua vida, sendo caixeiro, e que então viera para a vila do Rio Grande onde tem residido até o presente com bom procedimento de seu negócio; viera de sua pátria ainda rapaz e que no Rio de Janeiro andava tratando de sua vida em caixeiro e que viera então para o dito Rio Grande com fazendas e que na mesma vila tem assistido até o presente e que só agora sabe se acha o justificante para casar".⁴² Quando contraiu matrimônio com a filha de Francisco Pinto Bandeira, Pereira recebeu como dote um campo de três por uma légua, estabelecendo-se na freguesia de Triunfo, tornando-se morador na "Ilha do Rio dos Sinos". A trajetória de Bernardo José Pereira é significativa, pois é de certa forma modelar, no que tange ao processo de ascensão social de alguns emigrantes portugueses que acabaram se constituindo em membros da elite regional durante o século XVIII. De modesto caixeiro, passou a bem sucedido negociante, ao mesmo tempo em que ocupava postos nas ordenanças. O próximo passo foi o casamento, que lhe guindou a uma posição destacada na família Pinto Bandeira e lhe abriu possibilidades de compor com a elite fundiária local. Como coroamento, Pereira ainda ocuparia os "honrosos cargos da República", sendo oficial da Câmara (vereador e juiz ordinário) em Viamão nos anos de 1768 e 1772. Mais tarde exerceria as mesmas funções na vila de Porto Alegre.⁴³

Deve ser notado que Bernardo José Pereira recebeu o menor dos dotes concedidos, talvez por ser o mais aquinhoado dos genros. Esta suspeita é reforçada pelo fato dele ter sido o único a não receber dinheiro na sua dotação. No "apontamento" que fez poucos dias antes de morrer em Rio Pardo, Francisco Pinto Bandeira reconhecia sua posição de devedor diante de Pereira: "...devo também a meu genro Bernardo José Pereira *uma conta avultada* e sendo que já tem recebido à conta oitenta bestas muares em preço de 12\$800 cada uma, *contudo pela grande fidelidade e conceito que dele sempre fiz, se estará em tudo e por tudo não só pelo que constar de seus assentos, senão também pelo que ele disser...*". O trecho acima não deixa dúvidas, pois o próprio Pinto Bandeira considerava seu genro como credor e não devedor de qualquer coisa a seu espólio. Demonstra ainda a confiança incondicional que depositava no genro, dado o "conceito que dele sempre fiz". No inventário, Pereira aparece de fato como credor, tendo a receber ainda 256\$826 réis, apesar de já ter recebido as citadas 80 mulas, avaliadas em mais de um conto de réis. Estes valores demonstram o cacife econômico

⁴² Abeillard Barreto. *Bibliografia Sul-riograndense*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, vol. 2, p.1043. Mais tarde, Pereira foi promovido a capitão de ordenanças da vila de Porto Alegre; AHCMPA, *Autos de justificação de matrimônio do alferes Bernardo José Pereira e Maurícia Antônia do Livramento*, 1763, nº 11.

⁴³ AHPA. *Termos de Vereança*. Livros 1 a 3 (1766-1794).

de Bernardo José Pereira e confirma a proposição de Nazzari de que no século XVIII os genros muitas vezes eram detentores de cabedais bastante superiores aos dotes recebidos.⁴⁴ De toda forma, o que interessa aqui é registrar que este dote recebido por Pereira foi fundamental para que pudesse ter sido alçado para a categoria dos grandes proprietários de escravos (mais de 10 cativos), terratentes e criadores de gado, apesar de toda a possível fortuna oriunda da atividade comercial que porventura ele já tivesse antes do seu casamento. Trata-se de entender o dote como instrumento de alavancagem social, possibilitando a melhoria do *status* do comerciante que se afazenda. Sua progressão social e econômica foi considerável, ao acompanharmos sua trajetória. Assim é que no ano de 1797, quando um novo recenseamento agrário foi realizado, Pereira era o maior escravista da região do Caí (distrito de Triunfo) tendo neste ano 31 cativos e um rebanho de mais de 2,7 mil cabeças de gado, destacando-se ainda como o maior criador de mulas da freguesia, pois tinha no seu rebanho trezentas bestas, uma verdadeira fortuna ambulante, considerando-se os valores da época.⁴⁵

O percurso social de Custódio Ferreira de Oliveira Guimarães, outro genro comerciante de Francisco Pinto Bandeira, guarda muita semelhança com o de Bernardo José Pereira. Ele casou-se com Desidéria Maria Bandeira também no ano de 1763, quando declarou ter idade de 29 anos e ser natural da vila de Guimarães, arcebispado de Braga, em Portugal. No seu depoimento afirmou que vivia de negócios de fazendas e "*viera de sua pátria para a cidade do Rio de Janeiro de idade de 12 para 13 anos (...); veio embarcado do mesmo Rio de Janeiro para a Praça da Colônia do Sacramento e daí se passou para o Rio Grande e se transportou às Missões na comitiva do Exército e na retirada ficou morador nestes continentes de Viamão aonde tem residido há nove anos*". Após o casamento também se estabeleceu no distrito do Rio dos Sinos, onde era grande proprietário de escravos. Paralelamente a sua atividade de estancieiro, Guimarães também ocupou cargos na Câmara em Viamão, sendo vereador em 1770. Não sabemos se tinha uma patente de Ordenanças, mas da mesma forma esteve ligado à carreira militar, chegando ao posto de capitão da Cavalaria Auxiliar.⁴⁶ Era personagem de relevo na freguesia de Triunfo, aparecendo até mesmo como um dos protagonistas principais em um processo inquisitorial referente a um caso de bigamia ocorrido no final do século XVIII.⁴⁷

⁴⁴ Augusto da Silva. *Rafael Pinto Bandeira – De Bandoleiro a Governador*. (PPG-História-UFRGS), 1999, p. 173 e 166. Os grifos são meus. É interessante observar que no "auto de partilhas", Pereira e outro genro foram obrigados a colocar 790\$276 réis (além do meio-dote) à meação que seria dividida, "...por faltar do que excede do que receberam em dotes (...) na forma do termo que assinaram". Silva, 1999, p. 169.

⁴⁵ Silva, 1999, p. 166; AHCMPA. *1º Livro de Batismos de escravos de Triunfo (1757-1782)*; AHRS. *Relação de moradores – Caí, 1797*.

⁴⁶ A organização militar portuguesa durante o período bragantino era constituída por três escalões: as tropas de linha (como os regimentos de Dragões), os terços auxiliares ou de 2ª linha (também chamadas de milícias) e as ordenanças (formadas por todos os homens válidos restantes). Os auxiliares constituíam uma força de reserva, convocada em caso de necessidade, enquanto que as companhias de ordenanças destinavam-se ao recrutamento para as tropas pagas e auxiliares. Cf. Peregalli. *Op.cit.* p. 95.

⁴⁷ AHCMPA, *Autos de justificação de matrimônio de Custódio Ferreira de Oliveira Guimarães & Desidéria Maria Bandeira*. Viamão, 1763, nº 2; AAHS, vol. 11, p. 231: nomeação de Capitão da Cavalaria Auxiliar, 21.02.1782; ANTT, Inquisição de Lisboa, processo nº 6258. Neste caso, envolvendo o ex-soldado e desertor Clemente José dos Santos, preso pelo crime de bigamia, um dos protagonistas do *imbróglho* foi justamente o capitão Guimarães. Frente a frente com o temido capitão, o ex-soldado foi pressionado a se casar com uma moça "que andava desencaminhada com ele" e que se chamava Maria Tereza da Conceição. Apesar de ponderar que tinha "embaraço" e não poderia se casar, acabou aceitando uma "proposta de interesses" feita pelo capitão. Assim, após trabalhar algum tempo como capataz em sua fazenda, acabou se desentendendo com ele, "por que via que ele lhe faltava a todos os seus ajustes...". Mas por medo de ser entregue ao Regimento do qual era desertor acabou capitulando e contraiu o seu

Como no caso da família Prates, entre os Pinto Bandeira também prevaleceu um determinado padrão na inserção dos genros comerciantes, caracterizado pela presença de dotes expressivos, a ocupação de cargos na Câmara e nas Ordenanças ou Auxiliares. Não necessariamente nesta ordem, estes elementos estavam presentes em sua maioria nas trajetórias delineadas. Nem sempre, no entanto, poderiam estar presentes. Afinal, os grupos familiares não seguem modelos de comportamento rígidos e pré-estabelecidos em todos os casos. Daí as estratégias poderem variar de família a família, conforme as circunstâncias particulares.

c) *Jerônimo de Ornellas Menezes e Vasconcelos.*

Foi um dos mais antigos povoadores dos *Campos de Viamão*, com sesmaria no atual Morro Santana, atualmente localizado nos subúrbios de Porto Alegre. Segundo o seu próprio depoimento, estabeleceu-se em Viamão por volta de 1734, tendo constituído uma extensa família, com dez filhos legítimos, sendo oito mulheres. Para felicidade deste madeirense nascido nos finais do século XVII, o fato de ter tido muitas filhas foi decisiva na estratégia de reprodução deste grupo familiar. O casamento desta filhas com adventícios representou a possibilidade de alavancagem econômica e social deste núcleo parental, sendo que alguns dos herdeiros desta família serão proprietários de enormes fortunas nos princípios do século XIX.

A história da família de Jerônimo de Ornellas pode ser dividida em duas fases distintas, uma ligada ainda a Laguna e outra já associada ao estabelecimento em Viamão. Apesar de suas ligações com a vila catarinense, Jerônimo passou apenas uma pequena fase da sua vida em Laguna (entre 1729-1734 aproximadamente). Antes disso, ele tinha residido na vila paulista de Guaratinguetá, onde se casou com Lucrecia Leme Barbosa e nasceram suas três primeiras filhas. Segundo Borges Fortes, a motivação desta mudança para Laguna teria sido a inconformidade da família de sua esposa com o casamento por eles efetuado. Se esta foi a efetiva razão da migração para o Sul, não temos como saber ao certo; porém, a escolha de Laguna estava fundamentada nas ligações de parentesco de sua esposa com o capitão-mor Francisco Brito Peixoto. Ambos eram descendentes de Pedro Leme, paulista natural de São Vicente e descendente da fidalguia madeirense. De acordo com as genealogias disponíveis, o capitão-mor Brito Peixoto era primo em segundo grau da mãe de Lucrecia Leme Barbosa. Esta ligação parental teria sido uma das motivações da migração da família de Jerônimo, que contaria com a proteção da autoridade do capitão-mor.⁴⁸ Todavia, uma motivação econômica também deve ter impulsionado a sua vinda para os campos sulinos. De fato, os matrimônios das três filhas mais velhas de Jerônimo indicam que ele se valeu, em um primeiro momento, do seu circuito de relações ligado ao tropeirismo. José Leite de Oliveira, Francisco Xavier de Azambuja e Manuel Gonçalves Meirelles foram todos tropeiros, à semelhança do próprio Jerônimo, que teve filhos ilegítimos com mulheres oriundas das Minas e de Curitiba, pontos cruciais da rota dos tropeiros de gado. Esta filiação bastarda, aliás, nos revela um pouco a respeito dos caminhos percorridos pelo sesmeiro do Morro Santana.⁴⁹ Jerônimo, depois de residir durante mais de duas décadas em Viamão, acabou se transferindo para a freguesia de Triunfo,

segundo matrimônio em 1784. Este episódio mostra bem o poder de coação que poderiam ter estes indivíduos investidos em posições de destaque na sociedade local.

⁴⁸ Felizardo, *op. cit.* p. 38-40; Borges Fortes, *op. cit.* p. 76; Amato, Marta (coord.) *Genealogia Paulistana de Silva Leme*, São Paulo, 2002, 2ª edição revisada e aumentada, vol. 2, p. 425 (edição em CD-ROM).

⁴⁹ Estas informações são retiradas de dois termos de batismos de netos de Jerônimo de Ornellas. Ver AHCMPA. *1º Livro de Batismos de Viamão (1747-1759)*, fls. 69 e 84.

juntamente com seus familiares, em 1757. As razões desta mudança de domicílio estariam associadas à insatisfação do antigo sesmeiro com a instalação dos casais açorianos no “porto de Dornelles”, região central da atual Porto Alegre. Provavelmente insatisfeito por ter sido expropriado de parte de suas terras, o suposto “fundador de Porto Alegre” mudou-se para a paróquia vizinha, onde seu filho José Raymundo também possuía uma fazenda.

Através dos registros notariais, podemos reconstruir um pouco das redes comerciais e de sociabilidade de Jerônimo de Ornellas. Em janeiro de 1764, o estancieiro apresentou-se “em pousadas” do tabelião Ignácio Osório Vieira, onde registrou uma procuração, nomeando representantes seus em diversas localidades: na própria freguesia de Viamão, na freguesia nova (Triunfo), em Rio Grande, na ilha de Santa Catarina e no Rio de Janeiro. Dos dezessete procuradores que nomeou, quatro eram seus genros, o que demonstra a importância dos maridos de suas filhas como herdeiros e representantes de seus negócios. Assim, na fase final da sua vida, aparecem ligações com outras regiões, especialmente cidades portuárias, diferentemente das regiões interioranas anteriormente citadas e percorridas pelo sesmeiro de Santa Anna, na fase tropeira de sua vida.⁵⁰

Jerônimo de Ornellas casou suas filhas, na sua maior parte, com tropeiros e fazendeiros, o que indica que esta família aparentemente não fez uma opção preferencial por genros comerciantes, embora um deles fosse negociante indubitavelmente. Era o caso de Luís Vicente Pacheco de Miranda, natural de Ponte de Lima, no Arcebispado de Braga, em Portugal, que se casou no ano de 1755 com Gertrudes Barbosa de Menezes, filha de Jerônimo. No depoimento para o seu casamento afirmou “que terá ao presente 25 anos e sempre vivera na companhia de seus pais até a idade de 20 anos e dela saíra para o Brasil, onde tem andado sem ter domicílio em parte alguma, tratando de seu negócio no qual se tem ocupado 5 anos pouco mais ou menos”. Estas atividades mercantis deram lugar à atividade de criação de animais, evidenciando mais um caso de transformação de comerciante em fazendeiro, atividade considerada mais nobre e distintiva. Mas apesar desta conversão, é importante ressaltar que este ramo familiar acabaria dando origem a uma das maiores fortunas do século XIX, assentada no comércio de animais. Este Luís Vicente tinha um irmão, que viera junto com ele de Portugal, José dos Santos Pacheco, que na ocasião do matrimônio disse ser “casado em Curitiba”. José foi o avô de David dos Santos Pacheco, que se tornou o riquíssimo Barão dos Campos Gerais. David dos Santos Pacheco foi introduzido no comércio das tropas por seu padrinho, João da Silva Machado, o futuro Barão de Antonina, oriundo do Continente e estabelecido nos Campos Gerais. Assim, quando olhamos de perto o funcionamento do comércio de animais na região sulina e as famílias que atuavam nele, encontramos redes parentais como a derivada de Jerônimo de Ornellas, exercendo por um século e meio as variadas atividades envolvendo o negócio de tropas de gado muar.⁵¹

Ao que parece, foi a segunda geração desta família que passou a investir na atração de genros comerciantes. Um último exemplo vem a demonstrar bem esta estratégia, o caso de Antônio Ferreira Leitão, natural da vila de Peniche, cidade litorânea da Estremadura portuguesa, onde nasceu em torno de 1730, tendo iniciado sua vida como marinheiro na frota que fazia a rota Lisboa - Rio de Janeiro. Em uma destas viagens, acabou ficando na futura capital do Vice-Reinado, onde “se pôs a navegar para

⁵⁰ APRS – 1º Notariado de Porto Alegre, Livro 1 (1763-1766), fls. 18v-19.

⁵¹ AHCMPA . *Autos de Justificação e Matrimônio de Luís Vicente Pacheco & Gertrudes Barbosa de Menezes*, 1755. Para a linhagem de David dos Santos Pacheco ver Cecília M. Westphalen. *O Barão dos Campos Gerais e o comércio de tropas*. Curitiba, 1995, p. 31-34 e 97-99.

a vila do Rio Grande e para a dita cidade [do Rio de Janeiro] e algumas vezes para esta freguesia de Viamão, onde está morador nesta freguesia nova...”. Acabou se estabelecendo em Triunfo, onde já em 1760 tinha “sua casa com vários gêneros de fazenda” e acabou se casando neste mesmo ano com Maria Meirelles de Menezes, filha de Manuel Gonçalves Meirelles (um dos genros tropeiros de Jerônimo). Mas como muitos outros comerciantes setecentistas, Leitão acabou gradualmente abandonando os “negócios de fazenda” e dedicando-se à atividade de estancieiro, que lhe conferia um status social mais elevado. Assim, na Relação de Moradores de 1784 ele constava como fazendeiro, dono de mais de sete mil animais e grande criador de mulas, pois possuía 48 burros e chows. No seu inventário, datado de 1810, consta um monte-mor de mais de 43 contos, sendo que ele possuía 50 escravos.⁵² Um perfil sem dúvida representativo do topo da escala social, que seria considerado membro da “elite” em qualquer lugar do Brasil colonial.

Jerônimo de Ornellas morreu em 1771, mas o inventário foi aberto somente no ano seguinte por sua viúva, Lucrecia Lemes Barbosa. Neste documento, constava um modesto patrimônio de apenas sete escravos e um ínfimo rebanho – para os padrões locais – de 250 cabeças de gado. Vista por este ângulo, a fortuna deste pioneiro não causa grande impressão. Todavia, uma informação interessante do inventário refere-se aos dotes dados às suas filhas: todas teriam recebido, por ocasião de seus matrimônios, “um casal de escravos”, no valor de 204\$800 réis, além de 100 vacuns e 50 cavalos. Como eram oito filhas, mais o filho José Raymundo, que também recebeu idêntico dote (com exceção do gado vacum), pode-se perceber que ao longo de sua vida, Jerônimo foi distribuindo seu patrimônio, constituindo um pequeno pecúlio inicial para seus descendentes.⁵³ Assim, embora nunca tenha passado de um fazendeiro de porte médio, Jerônimo teve recursos para ao menos possibilitar o estabelecimento dos novos núcleos familiares que se formavam através do casamento de suas filhas com seus genros. Na verdade, “doar escravos, por si só, constituía um ato diferenciador de um restrito grupo de famílias perante o todo da sociedade colonial. (...) Efetuar o dote através de escravos não estava ao alcance de qualquer cidadão”.⁵⁴ Nestes dotes não apareciam terras, como no caso dos genros de Pinto Bandeira. A explicação mais plausível neste caso é que Ornellas não dispunha efetivamente de terras para dotar os seus genros, pois havia vendido a sua estância do Morro Santana em 1762, alguns anos depois de ter se mudado para Triunfo. Nesta freguesia viveu na fazenda dos *Três Irmãos*, uma sesmária concedida em 1758 a seu filho primogênito, José Raymundo, o que indica que ele não tinha mais terras. Alguns dos seus genros, como o afortunado Francisco Xavier de Azambuja já tinham concessões de terras anteriores ao casamento, mas nem todos tinham esta condição. Somente metade de seus genros (quatro de um total de oito) obteve sesmarias até a década de 1750. Todos eles eram homens da primeira geração de povoadores, que ocuparam os Campos de Viamão em um momento de plena disponibilidade de terras apossáveis. Os demais obtiveram terras somente depois de 1760, através de diversas formas, que não passaram necessariamente pelo dote. Observamos neste caso, uma diferença em relação ao padrão das estratégias familiares verificadas entre os senhores de engenho paulistas, por exemplo. Diferentemente das

⁵² AHCPMA, *Autos de Justificação e Matrimônio de Antônio Ferreira Leitão & Maria Meirelles de Menezes*. Triunfo, 1760, nº 17; AHRN, *Relação de Moradores de Triunfo*, 1784 e Helen Osório. *Estancieiros...*, p. 242.

⁵³ Na sua análise do inventário de Jerônimo, Nizza da Silva observa que “este tipo de divisão igualitária era mais fácil entre os proprietários de fazendas de gado do que, por exemplo, entre os senhores de engenho. (...) Dada a igualdade dos dotes, não havia grandes acertos a fazer”. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da Família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998, p. 80-81.

⁵⁴ Carlos Bacellar. *Os Senhores da Terra*. p. 133-134.

famílias da elite canavieira, que acabavam privilegiando determinado herdeiro na hora da partilha, nesta família de estancieiro a partilha foi, ao menos em tese, rigorosamente igualitária entre os herdeiros.⁵⁵

Família, dote e sucessão.

O que fica claro nestes casos analisados é a impossibilidade de se pensar as estratégias familiares desta elite inseridas em um modelo sucessório previamente concebido, fosse ele igualitário ou não. A historiografia que tratou da questão específica das práticas sucessórias concentrou suas análises sobre as elites canavieiras do Sudeste. Neste grupo social foi possível identificar pelo menos dois padrões distintos, um matrilinear - onde a transmissão da herança se fazia pelas filhas, havendo uma sobrevalorização dos genros - e outro patrilinear, onde a transmissão patrimonial se fazia pelos filhos, embora alguns genros pudessem ser escolhidos.⁵⁶ O que deve ser destacado aqui é que dentro de uma mesma elite poderia existir mais de um modelo ou padrão sucessório. Para Bacelar, isto se deveria a uma diferenciação na situação econômica das regiões açucareiras, algumas mais dinâmicas, como o Oeste paulista e outras, onde a atividade canavieira passava por algumas dificuldades (especialmente o endividamento crônico dos senhores de engenho), como a região dos Campos de Goitacases. Segundo este autor, nem sempre seria um privilégio herdar um engenho, dependendo das condições econômicas mais ou menos adversas em que ele se encontrasse.⁵⁷

Esta discussão sobre a pluralidade dos modelos nos remete a um tema caro aos praticantes da micro-história, um certo ceticismo quanto à validade analítica das tipologias construídas *a priori*. Se tomarmos as *Ordenações Filipinas*, veremos que a legislação atribuíra uma igualdade na partilha de bens entre os herdeiros. Todavia, este modelo “legal” poucas vezes parece ter sido cumprido fielmente, o que nos indica a possibilidade de uma multiplicidade de práticas sucessórias. Isto não significa que não existisse modelo algum, mas antes sugere que os modelos que usamos podem ser pouco aplicáveis. Giovanni Levi destacou a importância de se repensar a utilização dos modelos de análise social e nas suas investigações, a intenção era construir modelos que dessem conta do caráter processual e generativo de seus objetos, ou seja, “modelos que pretendiam compreender processos e não apenas realidades estáticas e que para isso deveriam incluir nos seus parâmetros internos as variações, a realidade individual”. Numa crítica aos modelos estruturais/funcionalistas, ele passou a resgatar as estratégias individuais e de grupos, no sentido de compreender de que modo engendravam-se nas situações singulares os processos sociais de grande escala. Daí decorre o uso da metáfora da rede – influência de Barth - para descrever o tecido social: “O conceito de rede conduz de fato, antes de tudo, a procurar definir quais são as ligações reais que sustentam os grupos sociais e quais são os conteúdos profundos que neles são negociados”. Esta negociação implica em admitir a existência de “estratégias”

⁵⁵ Ruben Neis. “Jerônimo de Ornelas em Três Irmãos” in: *Correio do Povo – Caderno de Sábado*. 09.01.1971, p. 16; RAPM, ano XXIV, 1933 (cartas de sesmária).

⁵⁶ Na primeira perspectiva estão os trabalhos de Sheila Faria (1998) e Alida Metcalf (1983). Os representantes da segunda vertente são Bacellar (1997) e Dora Costa (1997).

⁵⁷ Bacellar, *op. cit.* p. 15-18.

individuais e de grupo que podem ser reconstituídas, devolvendo ao historiador a inteligibilidade dos comportamentos sociais.⁵⁸

O que aqui fazemos é a tentativa de utilizar o procedimento metodológico adotado por Levi, quando estuda suas histórias de família. Não se trata de reconstruir situações típicas, mas como afirma o historiador italiano, “revelar os elementos constitutivos de um modelo”. Como destacou Lima Fº, “a crítica aos macro-modelos estáticos baseava-se antes de tudo em uma recusa do seu pressuposto básico, isto é, a concepção de que a estrutura social ampla era constituída de um modo totalmente homogêneo e respondia a uma coerência interna que explicaria por si só todas as variações”. Esta perspectiva, assentada em uma desconfiança em relação aos grandes esquemas abstratos de explicação histórica e na recusa de uma causalidade mecanicista o levou a tentar entender as formas familiares a partir de uma tipologia construída a posteriori. Não se tratava de uma “simples descrição de formas”, mas sim da construção de um modelo processual ou generativo onde apareceria a enunciação dos seus “princípios de funcionamento”.⁵⁹ Quais seriam, então, os elementos constitutivos de um modelo sucessório em uma sociedade de Antigo Regime que não estava vinculada à agroexportação? Esta era uma sociedade que supostamente se diferenciava das sociedades da região canavieira do Sudeste, especialmente pelo fato da transmissão das heranças não envolver o problema da indivisibilidade dos engenhos. Considerando o que foi observado nas nossas histórias de família, pode-se elencar os seguintes elementos de um modelo sucessório que possa dar conta das realidades sociais do extremo sul da América Portuguesa durante a segunda metade do século XVIII:

- As formas de transmissão patrimonial não apresentavam um padrão perfeitamente definido, prevalecendo uma tendência matrilinear, matizada pela possibilidade de favorecimento de alguns filhos;
- A concessão de dotes era uma prática fundamental, significando a formação de novas alianças familiares, com arranjos matrimoniais envolvendo, quando possível, genros comerciantes ou indivíduos que tivessem alguma posição social de destaque;
- A ascensão social dos comerciantes que ingressavam nas famílias terratenentes passava, na maioria das vezes, pela ocupação de cargos na Câmara ou postos nas Ordenanças, sendo que o caminho mais comum era o negociante tornar-se fazendeiro após o casamento;
- A migração de alguns dos herdeiros excluídos para uma região de fronteira era prática recorrente, sem que esta opção se configurasse necessariamente como desfavorável, na medida em que possibilitava o acesso a recursos materiais importantes (como a posse da terra, por exemplo).

A transmissão das heranças podia assumir formas muito diferentes. No caso da família Prates as conclusões ficam prejudicadas devido às lacunas documentais. Mas mesmo assim, percebe-se uma estratégia familiar que tende a uma desigualdade nas

⁵⁸ Lima Fº, Henrique Espada Rodrigues, *Microstoria: escalas, indícios e singularidades*. Campinas, Unicamp, 1999 (tese de doutorado), p. 252 e 258-259. A idéia original dos “modelos generativos” vem também da influência barthiana sobre Levi.

⁵⁹ Levi, *op. cit.* p. 99; Lima Fº, *op. cit.* p. 257 e Rosental, Paul-André. “Construir o macro pelo micro: Frederik Barth e a microstoria” in: *Jogos de Escalas*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1998, p. 164-166.

práticas sucessórias, com uma forma mista de transmissão patrimonial. O filho mais novo teria herdado alguns aspectos da posição social do seu pai, especialmente o cargo de capitão-mor. Mas, ao que tudo indica, ele não teria herdado a sua riqueza. Neste núcleo familiar também aparece um elemento distinto, que foi o encaminhamento de dois filhos para a carreira eclesiástica. Quanto às filhas, teriam herdado o grosso do patrimônio paterno, transmitido através dos dotes ou por herança a seus genros. Não sabemos se todos os genros foram efetivamente dotados, mas a maioria deles tinha uma boa colocação social. Verifica-se neste caso que a maioria dos genros, assim como os dois filhos padres e o filho mais novo do capitão-mor Prates acabaram migrando para Viamão, embora dois genros tenham permanecido em Laguna. Nesta estratégia familiar, parece que a “migração para a fronteira” não se limitou aos preteridos, provavelmente porque parte das terras possuída por João Rodrigues Prates estavam localizadas em Viamão, uma região de fronteira em relação à Laguna.

No caso da família Pinto Bandeira, encontra-se uma aparente igualitarismo entre os herdeiros, mas na prática foram beneficiados o primogênito Rafael e os genros casados com as três filhas mais velhas. Rafael foi beneficiado por ter herdado a condução direta dos negócios do seu pai e os genros por terem recebido vultosos dotes, bastante superiores às legítimas que teriam direito. Aqui não houve predomínio de uma transmissão *matrilinear* ou *patrilinear*, mas antes uma combinação de ambas as formas. Houve um certo privilégio de um herdeiro nesta sucessão, mas certamente nesta estratégia familiar foi importante a função do dote, na medida em que possibilitou o ingresso de pelo menos dois genros que ocuparam posição de destaque naquela sociedade. Os secundogênitos foram aparentemente preteridos, sendo que efetivamente os filhos mais novos acabaram migrando para áreas de fronteira, como era, naquela conjuntura, a freguesia de Triunfo.

A família de Jerônimo de Ornellas mostra um caso de rigoroso igualitarismo, além de uma opção pela transmissão matrilinear (em função da inexistência de herdeiros masculinos habilitados). Todos os genros foram dotados, mas os valores dos dotes foram baixos e não tinham terras. Curiosamente, neste caso em que houve uma opção clara pelas filhas, os dotes não foram os maiores atrativos, embora não possamos menosprezar a importância dos meios de produção que foram transmitidos (escravos e gado). Não houve neste núcleo familiar uma opção explícita por genros comerciantes, mas a maioria era bem posicionada socialmente e muitos deles eram proprietários de terras e homens da governança. Como nesta família não houve herdeiros preteridos, a estratégia de migração simplesmente não se verificou. Estes casos demonstram a fragilidade analítica dos modelos descritivos das estratégias familiares e nos indicam a necessidade de novas pesquisas que possam confirmar a extensão dos elementos constitutivos do modelo acima enunciado. Na medida em que novos núcleos familiares forem analisados poderão ser precisados ou invalidados estes elementos, tornando este modelo efetivamente “processual”.

Abreviaturas:

AAHPA: Anais do Arquivo Histórico de Porto Alegre.

AAHRS: Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

ACMRJ: Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

AHCOMPA: Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

AHPA: Arquivo Histórico de Porto Alegre.

AHRS: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

AHU-RS: Arquivo Histórico Ultramarino – Capitania do Rio Grande do Sul.

ANRJ: Arquivo Nacional – Rio de Janeiro
APML: Arquivo Público Municipal de Laguna.
APRS: Arquivo Público do Rio Grande do Sul.
RAPM: Revista do Arquivo Público Mineiro.
RIHGSC: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Bibliografia:

AMATO, Marta (coord.) *Genealogia Paulistana* de Silva Leme, São Paulo, 2002, 2ª edição revisada e aumentada, vol. 2, edição em CD-Rom.

BACELLAR, Carlos. *Os Senhores da Terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas, Centro de Memória-Unicamp, 1997.

_____. *Viver e sobreviver em uma vila colonial – Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo, Annablume/Fapesp, 2001.

BARRETO, Abeillard. *Bibliografia Sul-riograndense*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, vol. 2.

BARTH, Fredrik. “Os grupos étnicos e suas fronteiras” in: Tomke Lask (org.) *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro, Contracapa, 2000, p. 25-67.

BICALHO, Maria Fernanda. *A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

BOSCHI, Caio. “Ordens religiosas, clero secular e missonação no Brasil” in: (dir.) Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri. *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 3, Lisboa, Temas & Debates, 1998, p. 315.

BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal – Família e Sociedade (São João Del Rei, séculos XVIII e XIX)*. Niterói, PPG-História/UFF, 2002 (tese de doutorado).

CABRAL, Osvaldo Rodrigues. *A Organização das Justiças na Colônia e no Império e a História da Comarca de Laguna*. Porto Alegre, Estabelecimento Gráfico Santa Teresinha Ltda., 1955.

CABRAL, Victor Américo. *Continente de Viamara (Mbia-um, Viamon ou Viamão)*. Porto Alegre, Editora Emma, 1976.

CARVALHO, Mário Teixeira de. *Nobiliário Sul-riograndense*. Porto Alegre, Of. Graf. da Livraria do Globo, 1937.

COSTA, Dora Isabel Paiva da. *Herança e Ciclo de Vida: um estudo sobre família e população, Campinas (1765-1850)*. Niterói, PPG-História/UFF, tese de doutorado, 1997.

DOMINGUES, Moacyr. “Primeiras sesmarias gravataienses” in: *Gravataí: do êxodo à composição étnica*. Gravataí, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1990, p. 110-116.

FABRÍCIO, José de Araújo. “A freguesia de N.S. Bom Jesus do Triunfo” in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, ano XXVII, 1947, p. 229-342.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento – Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FELIZARDO, Jorge G. *O Sesmeiro do Morro de Sant’Ana*. (Separata da Revista Genealógica Brasileira), São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1940.

FORTES, João Borges. *Troncos Seculares: o povoamento do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Martins Livreiro Editor, 1998 [1ª ed.: 1931].

_____. *Francisco Pinto Bandeira*. Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1938.

FRAGOSO, João. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)” in: *O Antigo Regime nos Trópicos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, p. 29-71.

_____. “Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica” in: *Topoi – Revista de História*. Rio de Janeiro, set.2002, nº 5, p. 41-70.

GALVÃO, Manuel do Nascimento da Fonseca. *Notas geográficas e históricas sobre a Laguna, desde sua fundação até 1750*. Desterro, Typ. De J. J. Lopes, 1884.

GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

GUTFREIND, Ieda. *A Historiografia Rio-grandense*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

LEVI, Giovanni. “Usos da biografia” in: Marieta de Moraes Ferreira & Janaína Amado. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1997, p. 167-182.

_____. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

LIMA Fº, Henrique Espada Rodrigues, *Microstoria: escalas, indícios e singularidades*. Campinas, Unicamp, 1999 (tese de doutorado).

METCALF, Alida C. *Families of planters, peasants and slaves: strategies for survival in Santana de Parnaíba, Brazil, 1720-1820*. Austin, tese de PhD, The University of Texas at Austin, 1983.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII” in: (org.) João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho & Maria de Fátima Gouvêa. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séc. XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, p. 249-283.

NAZZARI, Muriel. *O Desaparecimento do Dote*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

NEIS, Ruben. “Jerônimo de Ornellas em Três Irmãos” in: *Correio do Povo – Caderno de Sábado*. 09.01.1971, p. 16.

OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, Lavradores e Comerciantes na constituição da Estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói, UFF, tese de doutorado, 1999.

_____. “Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa” in: *Revista Brasileira de História*. Vol. 20, nº 39, 2000.

PEREGALLI, Enrique. *Recrutamento Militar no Brasil Colonial*. Campinas, Editora da Unicamp, 1986.

PORTO, Aurélio. “O coeficiente lagunista na formação racial do gaúcho” in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. 1931, III e IV trimestres, p. 169-185.

RHEINGANTZ, Carlos. “Povoamento do Rio Grande de São Pedro: a contribuição da Colônia do Sacramento” in: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande*. Volume II, Rio de Janeiro, IHGB/IGHMB, 1979.

ROSENTAL, Paul-André. “Construir o macro pelo micro: Frederik Barth e a microstoria” in: *Jogos de Escalas*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1998, p. 151-172.

RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul – Época colonial*. Porto Alegre, Edipucrs, 1994.

SILVA, Augusto da. *Rafael Pinto Bandeira – De Bandoleiro a Governador*. (PPG-História-UFRGS), 1999, p. 173 e 166

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da Família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

_____. *Vida privada e Quotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI*. Lisboa, Editorial Estampa, 1993.

SOCOLOW, Susan. *Los mercaderes del Buenos Aires virreinal: familia y comercio*. Buenos Aires, Ediciones de la Flor, 1991.

WESTPHALEN, Cecília Maria. *O Barão dos Campos Gerais e o comércio de tropas*. Curitiba, CD Editora, 1995.

XAVIER, Ângela Barreto & HESPANHA, Antônio Manuel. “As redes clientelares” in: (dir.) José Mattoso. *História de Portugal*. Volume 4 – O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa, Editorial Estampa, p. 339-349.